

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi tornado público que a unidade de refinaria da Galp localizada em Leça da Palmeira, que tem acumulado passivos ambientais ao nível da contaminação de solos, prevê encerrar em 2021, com perda significativa de postos de trabalho, directos e indirectos.

Oficialmente, não se conhecem planos de reconversão de atividade ou projetos de recuperação ambiental. Contudo, na comunicação social são veiculadas notícias de um alegado acordo comercial entre a Galp e a empresa sueca Northvolt para a reconversão daquela unidade fabril numa refinaria de lítio, para o fornecimento de lítio refinado em Portugal e expedido por navio a partir do porto de Leixões. Os contornos deste eventual acordo comercial não são claros visto que, de acordo com a comunicação social, a Galp terá alegadamente sondado a Lusorecursos para obter na mina de Montalegre a matéria-prima necessária para refinar na unidade industrial de Matosinhos, mas a empresa portuguesa de prospeção e exploração mineira no norte e centro de Portugal terá recusado o negócio por considerar não se tratar de um negócio rentável, por implicar extrair o lítio da mina para depois o transportar para ser refinado a mais de 150 quilómetros de distância. Por outro lado, aparentemente, a empresa sueca Northvolt, estará disponível para receber lítio de Portugal. Contudo, a Galp terá que assegurar o fornecimento de lítio, aparentemente, a nível internacional, o que representará maior custo económico e ambiental. Caso a Galp consiga assegurar esse fornecimento poderá atenuar esses custos económicos acrescidos através do financiamento de Bruxelas para a Transição Justa e, também, evitando pagar a descontaminação dos terrenos, de acordo com a comunicação social.

Apesar da Galp poder ultrapassar o fecho da refinaria de Leça da Palmeira sem prejuízos financeiros, a verificarem-se as pretensões acima descritas, mantêm-se, contudo, dois problemas, o laboral, com perda de até 500 postos de trabalho directos e o ambiental, com a manutenção do passivo ambiental dos solos contaminados.

Neste sentido, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vêm os signatários, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, solicitar as seguintes informações ao Ministério da Economia:

1. Tem o Ministério da Economia conhecimento da presente intenção de reconversão da

refinaria de Leça da Palmeira e o impacto daí decorrente com a perda de 500 postos de trabalho?

2. Caso esta reconversão avance, está prevista a reintegração dos trabalhadores ou medidas de mitigação, como a formação e reconversão profissional?

Palácio de São Bento, 22 de dezembro de 2020

Deputado(a)s

ANDRÉ SILVA(PAN)

BEBIANA CUNHA(PAN)

INÊS DE SOUSA REAL(PAN)